

PODER / Presidente da Câmara coloca aliados em relatorias importantes para tocar as reformas pretendidas pelo governo e também atender os próprios interesses. Parlamentares têm ligação com **Ciro Nogueira**, cacique do Centrão hoje na Casa Civil

Todos os curingas de Lira

» ISRAEL MEDEIROS

O ano se aproxima do final e, até agora, a equipe econômica do governo Bolsonaro não conseguiu cumprir duas importantes promessas de campanha: aprovar as reformas tributária e administrativa. Tanto o governo quanto o Congresso, na figura dos presidentes da Câmara e do Senado, correm contra o tempo para evitar que tais questões fiquem para 2022 — ano eleitoral, no qual se potencializam as dificuldades de aprovar temas polêmicos e também porque o Parlamento funciona à meia velocidade.

Nesse contexto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem empenhado esforços para acelerar pautas de interesse dele, de seu grupo político e do governo, até porque, a partir de outubro, a Casa voltará a decidir tudo de forma presencial. Ciente de que não será tão fácil passar o projeto, tem designado aliados para cargos estratégicos em comissões e para relatorias de projetos que podem destruir algumas das principais pautas. Na última semana, por exemplo, ele colocou o presidente interino do PP, deputado **André Fufuca (1)** (MA), na relatoria do passaporte tributário — uma das etapas da reforma tributária.

Fufuca está no segundo mandato e é aliado de **Ciro Nogueira** — um dos cardeais do Centrão, que deixou a presidência do PP para ser ministro da Casa Civil de Bolsonaro —, e de Lira. Ao **Correio**, Fufuca rasgou elogios ao senador piauiense e disse que a articulação do governo com o Congresso deu um salto de qualidade.

“A questão da articulação política melhorou com a chegada do **Ciro Nogueira** à Casa Civil. Ele conseguiu articular melhor. O que faltava era organização”, disse Fufuca. Ele também vê que o momento para a aprovação das reformas tem que ser agora. “Estamos vendo a reforma administrativa avançando”.

Segundo fontes do Centrão, quem toca a articulação da reforma administrativa é o próprio **Ciro**. O tema enfrenta forte resistência de grupos organizados de servidores e há dúvidas sobre a viabilidade dela no Plenário da Câmara, já que, para passar pela Comissão Especial, precisou ser desidratada pelo relator, **Arthur Maia (DEM-BA)**.

Fufuca admite que Lira o procurou pedindo celeridade à pauta, que, segundo ele, é fundamental para destravar a agenda econômica. O que o deputado tem em comum com outros parlamentares, que têm assumido relatorias importantes, é o fato de ter trabalhado

Ed Alves/CB/D.A Press



Ciro e Lira deixam a Câmara para reunião no Planalto. **Jogo afinado da dupla melhorou a articulação para tramitação de projetos do governo**



ativamente na campanha do deputado alagoano para presidente da Câmara.

Em fevereiro, o deputado **Silvio Costa Filho (2)** (Republicanos-PE) foi designado relator do projeto da autonomia do Banco Central, logo após a vitória de Lira. Na ocasião, o presidente da Casa retirou a proposta das mãos do MDB, que havia apoiado a candidatura de



Baleia Rossi (MDB-SP).

O padrão se repetiu nos meses seguintes. No caso da reforma tributária, por exemplo, o deputado **Celso Sabino (3)** (PSL-PA) — que é auditor fiscal da Secretaria de Fazenda do Pará —, foi escolhido para relatar o PL 2.337/21, que trata das mudanças no Imposto de Renda. Esse cargo havia sido prometido ao deputado **Luís Miranda (DEM-DF)**, que o perdeu

quando denunciou o presidente **Jair Bolsonaro** e o líder do governo na Câmara, **Ricardo Barros (PP-PR)**, por suposto envolvimento num esquema de compra de vacinas superfaturadas pelo Ministério da Saúde.

Sabino trocou o PSDB pelo PSL na última semana, em um evento que contou com a presença de Lira e do presidente do DEM, **ACM Neto**. DEM e PSL, aliás, estu-

dam se fundirem numa única legenda para terem aspirações maiores nas próximas eleições. Outro que também tem proximidade com Lira e ganhou uma relatoria importante foi **Hugo Leal (4)** (PSD-RJ), escolhido o relator-geral do orçamento de 2022.

Alista tem, ainda, **Hugo Motta (5)** (Republicanos-PB), designado relator da PEC dos Precatórios — de extrema importância para que o

governo consiga bancar o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A deputada **Celina Leão (PP-DF)**, que estava na Secretaria de Esportes do governo do Distrito Federal, foi forte articuladora na campanha de Lira à presidência da Câmara e decidiu voltar ao mandato após sua vitória. Agora é responsável pela mobilização.

Promessas cumpridas

Quem também conseguiu uma relatoria importante foi a deputada federal **Margarete Coelho (6)** (PP-PI), que faz parte da tropa de choque de Lira e cuida de questões jurídicas, que são sua especialidade. Ela foi a relatora do projeto do novo Código Eleitoral. Ao **Correio**, a parlamentar garantiu que o fato de ela e os colegas terem atuado na campanha de Lira não foi um fator essencial para assumirem relatorias ou cargos importantes em comissões.

“Quem indica o relator é a bancada. A distribuição tem sido mais ou menos equânime. Como o presidente teve maioria na Câmara, acabou acolhendo quem o apoiou. Tem a ver mais com a maioria que ele conseguiu formar”, disse.

Para ela, sob a liderança de Lira, a Casa tem sido “extremamente responsável” e “demonstrado compromisso” com as pautas não só do Executivo, mas, também, de parlamentares. “Foi um compromisso do Lira na campanha, de não engavetar projetos, não ter uma pauta preferencial; representar a Casa e dar conta dos desafios que o Brasil enfrenta. Nesse aspecto, ele tem cumprido suas promessas”, observou.

Margarete ressaltou que os projetos encaminhados ao Plenário vêm amadurecidos pelas bancadas. Sendo assim, há maior possibilidade de aprovação. “Na parte da Câmara, estamos bem. No Senado, está mais devagar. Claro que questões como reforma tributária e administrativa são temas espinhosos para a Casa, porque tem o corporativismo, tem as militâncias. A reforma tributária, por exemplo, interessava muito ao mercado financeiro e tem toda uma complexidade em torno dela”, pontua a parlamentar.

Marco Antônio Teixeira, cientista político da Escola de Administração e Ensino Superior da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), avalia que o Congresso está estagnado em várias pautas. “Aquilo que tem sido aprovado na Câmara está tendo dificuldade no Senado, como é o caso da reforma política. De um lado, há uma dificuldade de coordenação entre Senado e Câmara. Por outro, do governo, que nunca teve uma articulação competente”, disse.



Roberto Brant

“Foco da política econômica do governo tem sido a busca da estabilidade a qualquer custo, mesmo com prejuízo para o emprego e o crescimento. O regime de estagnação está se tornando crônico”

As democracias de mercado têm limites

Nas democracias modernas, os mercados financeiros passaram a dividir o poder com as instituições de representação política na maioria das questões de política econômica. A voz desses mercados chega mesmo a prevalecer, com a ajuda generosa da imprensa, que costuma ecoar sem espírito crítico a visão particular do mundo dos investidores nas questões mais importantes.

A financeirização das economias modernas tem muito a ver com a instabilidade crônica das economias e com o declínio do sentimento democrático em muitos países. As populações mais conscientes, cuja opinião é vital para a ordem democrática, percebem que o

Estado cede espaço de decisões estratégicas para o mercado. A consequência tem sido a produção cada vez menor de bens públicos e o aumento da desigualdade e da concentração da riqueza. Isso certamente tem limites.

A ideia subjacente é que o nível de atividade econômica depende da confiança dos investidores e que o papel da política econômica é assegurar um ambiente amigável para os negócios. Se deixadas ao arbítrio dos políticos, as decisões econômicas tenderiam a provocar desequilíbrios e distúrbios de toda a ordem, inflação, déficits e endividamento excessivo. Em vez de democracia representativa, caminhamos para a democracia dos mercados.

A associação entre os interesses desses mercados com uma ciência econômica sensível à influência política ou ideológica tem produzido um consenso dominante, que retirou da agenda dos governos os temas do crescimento e da desigualdade. O Brasil tornou-se um caso exemplar desse fenômeno político.

O foco da política econômica do governo brasileiro tem sido a busca da estabilidade a qualquer custo, mesmo com prejuízo para o emprego e o crescimento. Nosso país vive num regime de estagnação que está se tornando crônico.

Após a rápida recuperação deste ano, já em 2022 vamos retornar a um crescimento em torno de 1,5%, que, segundo o mercado, é o limite de nossas possibilidades. Ainda assim, a política oficial continua sendo a elevação dos juros e a restrição aos gastos de investimento do governo. Desse jeito, vamos eternizar a estagnação e o atraso.

O autor de um livro monumental sobre a crise financeira de 2008, Adam

Tooze, numa entrevista ao *The New York Times* há poucos dias, nos lembrou que os economistas do mercado vivem projetando grandes crises provocadas pelo descontrole das finanças públicas e vêm se equivocando sempre nos últimos 20 anos. Diz ele que não podemos esquecer que o maior choque destas duas décadas foi justamente a crise bancária de 2008, que não foi criada pelos governos, e sim pelo setor financeiro privado. A ironia é que foram os gastos dos governos e dos bancos centrais que vieram em socorro do mercado financeiro para evitar que ele desmoronasse. Mesmo assim, o Estado continua sendo o vilão!

Ficar esperando pela ação virtuosa dos mercados financeiros para reativar a economia, e acelerar o crescimento, é o mesmo que acreditar em contos de fadas. Estado e iniciativa privada são complementares em qualquer processo de crescimento, mas mercado financeiro e setor privado da economia

não são sinônimos, e nem podem ser confundidos. O que é preciso é dar atenção ao que dizem os setores reais da economia — a indústria, o comércio, a mineração e a agricultura — se quisermos nos desenvolver.

Na última semana, em um movimento que vai deprimir mais ainda nossa economia, o Banco Central voltou a elevar a taxa básica de juros em 1 ponto percentual, para 6,25% ao ano. É verdade que a inflação está alta, mas, de modo algum, os preços estão pressionados por excesso de demanda. A pressão vem pelo lado da oferta e a alta dos juros não é remédio para o problema que, de qualquer maneira, é visivelmente transitório. Mais uma vez a voz do mercado financeiro foi atendida e já antecipou os aumentos que deseja nos próximos meses. Será novamente atendida.

O governo e o mercado querem a estabilidade a qualquer custo. A população, se fosse ouvida, preferiria o crescimento, mesmo que ele tenha seu preço.